



YASMIM HÉLEN QUIRINO

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA: IMPACTOS E DESAFIOS**

LAVRAS – MG

2022

YASMIM HÉLEN QUIRINO

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA: IMPACTOS E DESAFIOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pedagogia para obtenção do título de licenciado.

Prof. Dr. Alexandre Filordi de Carvalho
Orientador

Lavras-MG

2022

YASMIM HÉLEN QUIRINO

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA: IMPACTOS E DESAFIOS**

**THE SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM
SPECTRUM DISORDER: IMPACTS AND CHALLENGES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pedagogia para obtenção do título de licenciado.

APROVADO em 5 de setembro de 2022.
Me. Lívia Almeida Passos – UFLA
Prof. Me. João Augusto dos Reis Neto - UFSJ

Prof. Dr. Alexandre Filordi de Carvalho
Orientador

LAVRAS-MG

2022

RESUMO

O objetivo do trabalho consiste em refletir sobre como se dá a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista, impactos e desafios. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Bibliográfica, embasada em autores como Alexandre Filordi de Carvalho, Alfredo Veiga-Neto, Maura Corcini Lopes, Sígria Pimentel Höher Camargo e Cleonice Alves Bosa. De acordo com o Center for Disease Control and Prevention (2014), a cada 68 crianças, uma possui Transtorno do Espectro Autista. Diante do aumento de diagnósticos de autismo, julgamos ser um tema pertinente e relevante para o contexto atual. Acreditamos que este trabalho tem muito a contribuir e acrescentar tanto para as escolas, quanto para as famílias. Concluímos que cabe à escola viabilizar a capacitação de seus profissionais, estando atenta às necessidades destes alunos, além de identificar as dificuldades e desafios, pensar e criar estratégias para que elas sejam reduzidas e sanadas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Inclusão escolar, In/exclusão.

ABSTRACT

This work aims to reflect on how the children with Autistic Spectrum Disorder are included in school activities, its impacts and challenges. The methodology used was Bibliographic Research, based on authors such as Alexandre Filordi de Carvalho, Alfredo Veiga-Neto, Maura Corcini Lopes, Sígilia Pimentel Höher Camargo and Cleonice Alves Bosa. According to the Center for Disease Control and Prevention (2014), for every 68 children, one has Autism Spectrum Disorder. Given the increase in autism diagnoses, we believe this is a pertinent and relevant topic for the current context. We believe that this work has much to contribute and add to both schools and families. We conclude that it is up to the school to provide the training of its professionals, being aware of the needs of these students, besides identifying the difficulties and challenges, thinking and creating strategies to reduce and solve them.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder, School Inclusion, In/exclusion.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	7
2 Definição Histórica Do TEA.....	8
3 Atual Cenário do TEA.....	11
4 Inclusão Escolar.....	12
5 O Tea Em Problematizações de In/Exclusões.....	14
6 Olhar da Escola.....	16
Considerações Finais.....	17
Referências.....	19

1. Introdução

O interesse pelo tema surgiu em 2019, ano que iniciei um estágio não obrigatório na Educação Infantil de uma escola particular¹. Inicialmente eu seria umamonitora de sala e auxiliaria todos os alunos no que precisassem, porém fui surpreendida ao receber da supervisora a função de monitora de uma criança com Transtorno do Espectro Autista. Até o momento não havia tido contato com nenhumacriança com TEA, aceitei a função sem nem imaginar o quanto seria enriquecedora para mim como pessoa ou que nela eu me encontraria como profissional.

Três anos depois, continuo acompanhando a mesma criança, desta vez como auxiliar do desenvolvimento infantil. Aprendi e vivi muitas experiências enriquecedoras ao longo de todos esses anos, adquiri conhecimentos que seriam muito proveitosos no meu início na área.

Vivenciar tudo isso me fez enxergar e refletir a respeito do processo de inclusão com outros olhos, até então eu tinha ciência apenas que era um direito resguardado por lei, nada mais. Porém, no cotidiano compreendemos que esse processo vai muito além de inserir uma criança na sala de aula, e começa muito antes de isso acontecer. Há quem acredite que já estamos vivendo a inclusão, porém nos encontramos ainda no primeiro degrau.

Para uma criança com TEA, a inclusão escolar muitas das vezes se torna um processo aflitivo e penoso. Os desafios começam na matrícula, como nos diversos casos de recusa e se estendem para dentro da escola. Além dos obstáculos iniciais, estar dentro da sala de aula com os demais alunos significa que a criança está de fato incluída? Lembrando que segundo Camargo e Bosa (2009, p. 70):

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar a prejuízo para todas as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive.

A metodologia utilizada foi Pesquisa Bibliográfica, a abordagem aplicada

¹ Os critérios de contratação de acompanhantes e monitores de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento ou necessidades especiais são distintos entre a rede municipal e privada. Na rede pública a função só pode ser ocupada por profissionais formados e capacitados. Já na escola particular, são contratados estudantes da graduação para desempenharem tal função na execução do estágio não-obrigatório.

napesquisa será a Qualitativa, na qual os dados serão analisados indutivamente, partindo do específico para o geral. O foco não será um resultado final, mas sim o processo e sua significação, visto que o estudo e reflexões serão de artigos e pesquisas sobre o tema. O texto foi embasado nos autores: Alexandre Filordi de Carvalho, Alfredo Veiga-Neto, Maura Corcini Lopes, Sígilia Pimentel Höher Camargoe Cleonice Alves Bosa.

A escola tem um papel fundamental na vida de cada indivíduo. Através dela, a criança tem oportunidade de desenvolver habilidades e competências que contribuirão para sua formação integral. Diante disso, buscamos ao longo deste trabalho, refletir sobre a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Procuramos entender como a escola enxerga o autismo e sua singularidade, além de perpassar pela in/exclusão, discutindo os aspectos que a envolvem.

2. Definição Histórica do TEA

Este capítulo tem por objetivo compreender a história do Transtorno do Espectro autista, entendendo os detalhes que cercam os primeiros relatos e diagnósticos. O autismo tem sido cada vez mais abordado nas escolas, clínicas, universidades, mídias sociais.. Devido a esse aumento do conhecimento a respeito do tema, os diagnósticos têm se intensificado cada dia mais. De acordo com o Center for Disease Control and Prevention (2014), a cada 68 crianças, uma possui o Transtorno do Espectro Autista. Mas de onde surgiu a definição do autismo? Qual foi o primeiro caso diagnosticado? A discussão sobre esses questionamentos será dada nos parágrafos a seguir.

O termo autismo foi cunhado pelo psiquiatra Plouller, no ano de 1906, célebre por estudar pacientes diagnosticados com demência. Porém, o termo só ganhou força em 1911, com o também psiquiatra Eugene Bleuler, nascido em uma pequena cidade na Suíça. Bleuler estudou medicina em cidades renomadas como Paris e Londres e mais tarde foi quem nomeou a doença esquizofrenia. Em 1912, Bleuler utilizou o termo autismo em uma edição do American Journal of Insanity, ele tentou descrevê-lo como a “fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia” (CUNHA, 2012, p. 20). A palavra Autismo vem do grego *autós*, que significa “de si mesmo”, tal terminologia é usada para fazer alusão a uma das características do autismo, a baixa ou nula interação com o meio.

Outra pessoa que desempenhou um importante papel na história do autismo foi o psiquiatra austríaco, naturalizado norte-americano, Léo Kanner. Kanner nasceu no ano de 1894 e foi o primeiro a publicar um trabalho sobre o assunto e também o pioneiro em observar as crianças internadas com comportamentos considerados diferentes da maioria e até inadequados, inclusive das descritas na literatura psiquiátrica.

Em 1938, uma família que estava desesperada e aflita por não entender o motivo de seu filho ser tão diferente das demais crianças, são informados sobre a popularidade de Kanner e seus notáveis estudos. Diante disso a família Triplett, convida o psiquiatra a realizar uma avaliação em seu filho Donald, com objetivo de explicar e auxiliar nos comportamentos do filho.

Após meses de observação do quadro de Donald, o psiquiatra que se comunicava com a família através de cartas, em uma específica, datada de 1942, endereçada à Mary, mãe da criança, afirma: “[...] reconhecer pela primeira vez um distúrbio que, até agora, não foi descrito pela literatura psiquiátrica nem por nenhuma outra” (Donvan e Zucker, 2017, p. 50), Kanner diz também ter encontrado outras crianças com problemas parecidos com o de seu filho, de forma que “[...] se há um nome a ser aplicado ao problema de Don e das outras crianças” (p. 50), poderia designá-lo “[...] distúrbio autista do contato afetivo” (p. 50), o termo foi mantido na próxima publicação científica de Kanner.

Surgia, assim, após diversos estudos, observações e pesquisas de Kanner, um enredo que causou profundos impactos na história do autismo. Enredo este, que despejava e designava que os pais, mais especificamente as mães, como causadoras do autismo em seus filhos. Kanner apontava que o comportamento dos filhos era fruto da frieza e falta de amor dos pais, naturalizando os títulos de “mãe geladeira”, por exemplo, motivo que fez o autismo chamar atenção do grande público e tornou os diagnósticos mais frequentes.

Tal acontecimento causou bastante descontentamento, os pais que já enfrentavam grande aflição, devido ao fato de não encontrarem o diagnóstico de seus filhos, começaram também a sofrer com o preconceito e a culpa.

Ruth Sullivan, mãe de sete filhos, em que apenas um tinha autismo, decide então contestar a narrativa de culpabilização das mães, defendida por Kanner. Através dos estudos de Sullivan, a mídia tem acesso a um outro ponto de vista, no

qual os pais são os heróis. Bernard Rimland também tem um papel importante, pai de uma criança com autismo, ele também fez parte do grupo de pais que questionavam e criticavam as ideias de Kanner.

Posteriormente, Ole Ivar Lovaas, um psicólogo da Noruega, que também era professor e pesquisador, cria o modelo de análise de comportamento chamado por ele de ABA. O modelo começa a se destacar devido aos seus bons resultados, gerando assim grande interesse do público. O ABA tinha como objetivo modificar o comportamento da criança autista, dando a ela uma melhor qualidade de vida, o que causou grande satisfação e confiança nos pais que participaram da experimentação. De acordo com Bialer e Voltolini (2022, p.9):

Os jornalistas destacam uma reportagem da revista Life de 1965, descrevendo o destaque progressivo dado a esta nova forma de se narrar o autismo. Ainda mais famosa é uma edição do jornal New York Times, datada de 1987, na qual se divulga uma taxa de sucesso de 47% do método Lovaas na modificação de comportamentos que transformava crianças diagnosticadas autistas em crianças aparentemente normais.

Este fato, principalmente as altas taxas de sucesso, influenciaram pais do mundo todo a reivindicarem um tratamento adequado a seus filhos, requerendo o que toda pessoa com TEA tenha o direito de receber uma intervenção ABA. Os pais inclusive defendiam que “A ABA é o único tratamento com base científica, respaldo médico e comprovada eficácia” (DONVAN & ZUCKER, 2017, p. 262).

Surgem então novas perspectivas, algumas defendendo a existência da cura do autismo, outras o considerando como a versão deficitária da normalidade, gerando o descontentamento das pessoas com TEA. O tema despertou pesquisadores de diferentes áreas e linhas teóricas, como Mottron (2004) e Maleval (2017), que passaram a analisar os materiais redigidos por pessoas com autismo, partindo dessas pesquisas, segundo Marina Bialer e Rinaldo Voltolini (2022, p. 10):

A perspectiva de que um autista pode ter o que dizer sobre si, sobre seu tratamento, sobre o mundo, transbordou as fronteiras científicas, impulsionada pela internet, e pela divulgação de filmes e blogs produzidos por autistas, o que estimulou a inclusão de autistas em debates públicos sobre o autismo, embora ainda seja dominante uma tensão com essa mudança. Enfim, o autista, ao contrário dos planos da ciência que quer objetivar sua verdade como deficiência, parece querer que sua verdade seja reconhecida como posição subjetiva.

Os autistas começaram então a conquistar seu espaço, em passos lentos eles conseguiram fazer com que suas vozes fossem ouvidas. Diante disso, surgiram

novas perspectivas, novas provocações e também novos métodos, além de anos de muitas pesquisas, até chegar no nosso cenário atual.

3. Atual Cenário do TEA

No Brasil, através da Lei de nº 12.764, promulgada em 27 de dezembro de 2012, pessoas com Transtorno do Espectro Autista passaram a ser consideradas pessoas com deficiência (PCD). A lei também tem como objetivo a proteção dos direitos das pessoas com TEA, caracterizadas em seu primeiro artigo e parágrafo primeiro como:

- I. Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II. Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012, sp.).

A lei também é conhecida como Berenice Piana, uma homenagem à coautorada lei. Mãe de três filhos, sendo o caçula autista, Berenice é uma ativista brasileira, militante e defensora do direito das pessoas com TEA. Além de ter um importante papel na história brasileira, Piana possui ainda o título de Embaixadora da Paz pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Atualmente, após anos de estudos, pesquisas e intervenções, o autismo é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento e está incluído no DSM V (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), conhecido no Brasil como Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. A inclusão do TEA no DSM aconteceu para viabilizar o processo de diagnósticos, através do Manual o profissional pode compreender melhor os comportamentos do indivíduo, diminuindo a complexidade desse processo de investigação.

Apesar de tudo, o assunto ainda é considerado um tema novo com muitas perguntas ainda em aberto, por isso quando abordamos a in/exclusão estamos apenas no primeiro degrau de uma longa caminhada.

O TEA é um transtorno caracterizado pelo desenvolvimento atípico do indivíduo, podendo afetar a comunicação e interação social. Lembrando que cada criança é única e devido a isso os comportamentos variam, dessa maneira cada caso é específico. O Transtorno do espectro autista não é uma doença, sendo assim

não existe cura, apenas tratamentos e intervenções com objetivo de melhorar a qualidade de vida do indivíduo.

Para que se chegue no diagnóstico de TEA é preciso a presença de multiprofissionais que trabalhem em equipe, nenhum especialista sozinho deve fecharum laudo. Essa equipe pode ser composta de diversos profissionais, tais como: neuropediatra, psicólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, musicoterapia, arteterapia, equinoterapia, fonoaudiólogo entre outros. De acordo com DSM V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais):

Os diagnósticos são mais válidos e confiáveis quando baseados em múltiplas fontes de informação, incluindo observações do clínico, história do cuidador e, quando possível, autorrelato. Déficits verbais e não verbais na comunicação social têm manifestações variadas, dependendo da idade, do nível intelectual e da capacidade linguístico do indivíduo, bem como de outros fatores, como história de tratamento e apoio atual. (APA, 214, p. 53)

Apesar de não ser papel exclusivo da escola, os professores têm se mostrado muito importantes na identificação de comportamentos com demandas singulares. Por causa da convivência com grande número de crianças, para eles torna-se evidente quando há posicionamentos, atitudes e comportamentos em divergência da maioria.

Diante disso, muitas vezes a investigação começa devido a indicação dos docentes, que percebem em sala de aula as especificidades desses alunos, além de comportamentos e ações que não correspondem com os marcos do desenvolvimento definidos para faixa etária da criança e comunicam os pais. Cada criança tem seu tempo, porém os marcos do desenvolvimento devem sempre ser levados em consideração.

4. Inclusão Escolar

De acordo com o Artigo 27 da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Baseado na lei acima, fica explícito que qualquer indivíduo tem direito

irrevogável à educação. É indiscutível que sujeitos com Transtorno do Espectro Autista estão incluídos nessa legislação, demandando a escola o dever de estimular de diversas maneiras o desenvolvimento pleno e integral do indivíduo.

Refletindo sobre essas provocações, surgem questionamentos intrigantes: qual o motivo de tantas matrículas de crianças com TEA ainda estarem sendo recusadas? Infelizmente não são poucos os casos de pais angustiados, desesperados por alguma solução após se depararem com as portas fechadas e várias recusas ao tentarem matricular seus filhos na escola. Uma tarefa que para muitos é simples e cotidiana, se torna um pesadelo para os pais de crianças neuro divergentes, a angústia avassaladora de tentar entender o motivo de ter vaga para outra criança da mesma faixa etária, mas não para seu filho. De acordo com a Lei nº 7.853, promulgada em 24 de outubro de 1989, no artigo segundo, parágrafo único:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; (BRASIL, 1989).

A escola que deveria ser um lugar acolhedor, parte da comunidade e extensão da casa dos estudantes, incorporada em um papel de instituição segregadora, eleva muros e impede a chegada de um educando que tem muito a contribuir e compartilhar na sociedade escolar. Gerando assim, novas questões, como: Até quando pais que já experienciam batalhas diárias terão que enfrentar o preconceito de quem na verdade deveria ajudar?

Outro ponto que merece ser discutido é: Matrícula regular é sinônimo de inclusão? Após ter sua matrícula definida, adentrar os portões da escola e se assentar em uma cadeira a criança está automaticamente incluída? A inclusão independe dos comportamentos do indivíduo, o aluno deve se sentir pertencente e parte da comunidade escolar sendo quem ele é. Se adequar e engessar aos padrões da escola não deveria ser pré-requisito para inclusão, que regras devem ser cumpridas, mas as especificidades das crianças devem ser respeitadas e não modificadas.

Uma criança com TEA não deveria precisar mudar ou até extinguir comportamento A e B para ser incluído, seu protagonismo está vivo dentro da sua singularidade. Afinal, o que de fato define a inclusão? Quem define quem está incluído e quem está excluído? Tais provocações me direcionam à citação de Faria e Finco

(2011, p.5):

Talvez olhar ao contrário e ver o mundo de ponta-cabeça possa nos aproximar da forma como as crianças sentem. Talvez seja possível enxergar seu protagonismo, suas ações dentro de uma educação emancipatória.

Será que as crianças com TEA estão sendo enxergadas em seu protagonismo? A educação emancipatória deveria dar asas aos indivíduos independentes de serem neurotípicos ou neuro divergentes, e não rotular e encaixá-los em um frasco.

Outro ponto a ser discutido é a respeito da escola que exige um laudo, um diagnóstico, para que a criança tenha atividades e tratamentos adaptados para suas necessidades. Todas as crianças têm direito a educação de qualidade, e essa educação precisa envolver técnicas e metodologias que vão de encontro com as necessidades dos educandos, independente dos motivos que a causaram.

5. O Tea em Problematizações de In/Exclusão

A educação inclusiva começou a se popularizar e ganhar força a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996, no entanto o tema ainda gera muitas problematizações. Ela surgiu com o objetivo de sanar e resolver as dificuldades e inacessibilidade dos pais em relação à escola, confiando nela a missão de mudar o cenário das crianças com deficiências. Porém, pode-se enxergar resultados em todo esse processo ou tais afirmações permanecem na teoria?

Utilizaremos o termo in/exclusão ao longo deste tópico, em consonância com Veiga-Neto e Lopes (2011, p.125):

[...] pretendemos problematizar o caráter natural que é atribuído à inclusão, entendendo que as políticas que a promovem, bem como os usos da palavra inclusão em circulação, afinam-se tanto com a lógica binária moderna inclusão x exclusão quanto com a lógica contemporânea em que a inclusão funde-se com a exclusão. É em decorrência de tal fusão que, de uns anos para cá, temos grafado in/exclusão para designar algumas situações[...]

Infelizmente existe certa exigência de padronização velada no que é dito como inclusão. Muitas escolas tendem a incluir a criança mediante pré-condições, como a adaptação a padrões e extinção de comportamentos considerados por ela inadequados. Diante disso, a singularidade do autista torna-se invisível ou quando

enxergada, é recusada. Porém, caso tenha-se o objetivo de incluir alguém, logo, a pessoa antes estava sendo excluída. Diante dessa colocação, coloca-se a reflexão: quem determina quem está sendo in/excluído. De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2011, p.128):

Culpam-se as pessoas ou culpa-se a sociedade (principalmente moderna) pelo enfraquecimento ou pela perda ou pela ocultação (ideológica) de um suposto estado, original e paradisíaco, da completa igualdade de direitos para todos, de completa homogeneidade social, de inclusão e acessibilidade “ampla, geral e irrestrita” (VEIGA-NETO E LOPES, 2011, p.128)

Quando falamos da inclusão escolar de crianças com TEA pelo olhar das legislações, não de fato se a criança está sendo in/excluída quando a escola segue fielmente as normas e políticas públicas ou quando ela se empenha além das leis para que a criança se sinta contemplada, respeitada e pertencente aquele lugar que de fato é dela. Cabe o pensamento se a escola tem apenas feito o seu “dever de casa”, ou se além disso ela tem se desdobrado para incluir um aluno em toda sua singularidade.

Mas então qual o papel, qual a real necessidade do indivíduo em todo esse processo? Relembrar uma de minhas experiências como monitora acompanhante de uma criança com autismo sobre tais provocações, faz-me refletir sobre esse aspecto e em como nossas ações influenciam, principalmente quando se trata de crianças com algum transtorno. Também me faz sair da zona de conforto, questionando se o bem que eu queria e ansiava para ela, era realmente bem, ou só um pré julgamento meu, ao qual eu tentava despejar nela.

No dia em questão, seria realizada uma atividade em um local até então desconhecido pela criança, por ainda não possuir conhecimentos a respeito do TEA, não antecipei o que aconteceria ao aluno. O conjunto das minhas ações gerou uma grande desorganização na criança, ela não sabia o que estava acontecendo, nem para onde estava sendo levada, o que conseqüentemente a fez se jogar no chão e recusar incisivamente. Na minha ignorância, pensei que estaria excluindo-a se ela fosse a única criança a não sair da sala, e tentei de todas as formas levá-la para o local.

O que eu não sabia, contudo, é que ao contrário de incluí-la como eu suspeitava estar fazendo, estava apenas excluindo-a, pois, ao chegar no local, ela não se sentiu confortável, nem pertencente. Mudei minhas atitudes a partir daquele

momento. No início da aula eu conscientizava a criança de todas as atividades que seriam desenvolvidas e locais que seriam visitados, respeitando e validando as suas decisões e emoções.

Essa foi apenas uma situação vivenciada por mim, que, após perceber meu equívoco por não estar devidamente preparada, alterei minhas ações, porém, quantas (exclusões) como essa não acontecem cotidianamente? Quantas atitudes como a minha não vêm se repetindo por pura ignorância ou falta de autocrítica? Muitas pessoas no ímpeto de incluir e batalhar pela inclusão, acabam excluindo e erroneamente deixando à margem as especificidades e subjetividades dos indivíduos.

Outro ponto narrado pela escola, e defendido por muitos como dificultadora inclusão, é a ausência da fala. Um grande número de pessoas com TEA são considerados não verbais, ou seja, sua maneira de comunicação não é pela fala, o que de forma alguma torna a comunicação inexistente. Esta característica faz parte do que é chamado por Deligny de “experiência autística” (DELIGNY, 2015), ter um autista não verbal em sala, exige da escola a necessidade de uma mudança de percursos, exigindo novas técnicas e metodologias específicas, infelizmente não são todas que estão preparadas para esse processo.

6. Olhar da Escola

Partindo dos questionamentos a respeito da inclusão e em como esse processo se dá no interior da sala de aula, é necessário refletir sobre o olhar da escola. Sabe-se que todos, independente de classe, gênero e raça têm o direito resguardado por lei a educação, sendo assim, a escola tem o dever de receber todo e qualquer indivíduo.

Ao chegar na sala de aula, o aluno autista em sua singularidade, possui suas próprias especificidades ao qual ele se demonstra muito fiel. Ao contrário dos demais, não estão preocupados em se modificar para se encaixar numa forma, estão buscando apenas ser eles mesmos, e isso envolve uma totalidade de comportamentos e maneiras de ser e perceber o mundo. A escola por sua vez, deveria ser um lugar onde o respeito é cultivado, de acordo Carvalho *et al* (2022, p.3):

Criar espaços de diálogo (como o aqui proposto) para um exercício coletivo de pensamento, provocando o desejo de produção de um olhar outro que assuma a diferença como uma possibilidade de crescimento, invenção, criação na escola, e encontrar espaços para a afirmação da diferença, diante de toda vontade de normalidade que sustenta as relações humanas, se configuram como potentes formas de agir.

Esse processo de singularidade precisa ser respeitado, a escola precisa enxergar as diferenças como agentes de desenvolvimento. De acordo com Carvalho (2017, p.1439):

Deveríamos pensar não mais em incluir o deficiente na escola, mas incluir a escola no deficiente. Significa pensar em produzir estratégias que indaguem o papel da escola como agente social iniciador ao capital: serialismos, provas, competências, aptidões, hierarquização, padronização, comparação, distinção, para além de modos de aprender, traduzem a função escolar de modo muito preciso.

Em vez disso, os comportamentos que compõem essa normalidade representam barreiras e desafios gigantescos para a instituição escolar, diante disso acabam sendo enxergados como empecilhos para o desenvolvimento da rotina da sala de aula. Conseqüentemente, a escola acaba por selecionar comportamentos que lhe convém, e de alguma forma extinguir aqueles que demonstram algum tipo de distração.

Considerações Finais

Quando fala-se de inclusão ainda existem muitas lacunas e diversas perguntas sem respostas. É um processo gradual, não há uma receita pronta de como incluir alguém ou de fazê-lo se sentir incluído. Cabe, então, a busca pelo entendimento das necessidades do outro e o respeito das subjetividades como um todo. Deixando de lado os “pré conceitos” e achismos, entendendo que as diferenças são significativas e relevantes para um pleno desenvolvimento como ser humano.

Após as diversas discussões realizadas ao longo deste trabalho, fica claro que a escola tem um papel imprescindível na vida do aluno, para que toda a comunidade escolar seja contemplada é preciso que haja um olhar atento e uma escuta ativa no cotidiano da escola. Conhecendo a história do autismo, vemos quantos preconceitos os pais já passaram, começando pela terminologia “pais geladeiras”, muitos se encontram caídos e precisam ser acolhidos pela instituição escolar, não apedrejados.

Conclui-se que ainda existem muitos questionamentos a serem respondidos,.

Porém, é notório que o TEA não é um rótulo, a criança não está limitada aos julgamentos que são impostos a ela. Acima de tudo, ela deve se sentir pertencente a comunidade escolar, sendo acolhida por profissionais que estejam cientes de que ela tem muito a contribuir, e que além disso, demonstre isso para os outros alunos.

Cabe a escola viabilizar a capacitação de seus profissionais, para que os mesmos acolham as crianças com TEA da melhor forma possível, além de saberem realizar o manejo quando necessário. O olhar da instituição escolar precisa estar atento as necessidades dessas crianças, além de identificar as dificuldades e desafios, pensar e criar estratégias para que elas sejam reduzidas e sanadas.

Referências

- American Psychiatric Association. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.
- BIALER, M. & VOLTOLINI, RINALDO. **Autismo: história de um quadro e o quadro de uma história**. *Psicologia em Estudo*, v. 27, 13 dez. 2021.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.853/89**. Brasília, Centro Gráfico, 1989.
- BRASIL. **Lei nº 12.764** de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 22 ago. 2022.
- CAMARGO, Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar autismo: revisão crítica da literatura. In: **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20834/000718941.pdf?sequence1>. Acesso em: 09 mar. 2021
- CARVALHO, A. F. **Governar pela dívida e subjetividade funcional na educação: qual o lugar da deficiência?**. Uberlândia, MG: Educação e Filosofia, 2017.
- CARVALHO, A. F., MENEZES, E. P. & PAGNI, P. A. Diferença e corpo heterotópico da deficiência: um convite para se pensar de outro modo a escola inclusiva. In: **Revista Cocar**, 2022.
- Center for Disease Control and Prevention. (2014). **Prevalence of autism spectrum disorders among children aged 8 years: autism and developmental disabilities monitoring network, 11 sites, United States, 2010**. *Surveillance Summaries*, 63(2), 1-21.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DELIGNY, F. **O Aracniano e outros textos.** São Paulo: N-1 Edições, 2015.

DONVAN, J., & ZUCKER. **Outra sintonia: a história do autismo** (L. A. de Araújo, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

FARIA, A., & FINCO. **Sociologia da infância no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VEIGA-NETO, A., & LOPES, M. **Inclusão, exclusão, in/exclusão.** São Paulo, SP: Verve, 2011.

